



**Universidade Federal do Amapá
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia
Disciplina: Filosofia da Educação I
Educador: João Nascimento Borges Filho**

Universidade: A Luta Pela Democratização do Saber

Quando se procura, ainda que de forma incipiente, definir Universidade, necessariamente, tem que se analisar os pressupostos sócio-econômico e político-cultural em que historicamente a mesma se encontra inserida, assim como também a questão da democratização do acesso à Universidade.

Hodiernamente, nota-se duas fortes tendências no processo educacional latino americano: uma, que se apresenta de forma “*Reprodutora*”, conformista, domesticadora e, outra, que busca contrapor-se ao preestabelecido, atuando de forma “*Libertadora*”, crítica, questionadora. Ambas opõem-se mutuamente.

A história recente tem demonstrado que a “*Educação Reprodutora*” tem contribuído significativamente para a marginalização e para a alienação das classes sociais de origem popular. E, são justamente as classes oprimidas que, num processo até de afirmação e vida, clamam pela transformação do mundo em que concretamente encontram-se inseridas.

Por conseguinte, pode-se dizer que a Educação é um processo de construção social e pessoal, que se dá pela interação com o mundo concreto na história, no conjunto de relações que o homem estabelece com a natureza e com outros grupos humanos. Daí a afirmar-se que a “*Educação Libertadora*” é um processo de ruptura com tudo aquilo que contribui para a divisão da sociedade em classes sociais e tudo que demais se esfacela, oprime, exaure o homem e a natureza.

Entende-se que a Universidade, preconizada pelo novo humanismo e imposta pela Revolução Científica tecnológica, deverá se consubstanciar na construção de uma Sociedade estabelecida em novas relações de poder; que se busque a transformação social, a partir de um compromisso histórico com as classes dominadas, na busca de uma sociedade que possa expressar crenças



e valores, sobretudo de liberdade e justiça, bem como o crescimento individual e coletivo.

Deve-se estabelecer aqui que, em qualquer sociedade, seja ela conservadora ou progressista, a Educação Superior constitui um bem cultural acessível a uma minoria e a Universidade é privilégio de poucos. Contudo, embora nem todos cheguem aos bancos universitários, os interessados em modificar sua fisionomia tem em si o desafio de, a par da luta pela melhoria quantitativa e qualitativa do ensino superior, empenhar-se na defesa de uma Universidade que possa beneficiar a maioria e não colabore no pacto da exclusão social dos despossuídos.

O ensino superior brasileiro iniciou-se, em sua fase moderna, em 1808, junto com o Estado Nacional. Se, no início, todo o Ensino Superior brasileiro era Estatal, o Regime Republicano, instituído por Liberais e Positivistas em 1889, tem promovido o crescimento do setor privado, que abrange hoje 25 das 75 universidades, 600 dos 800 estabelecimentos não universitários e 60 % dos estudantes (CUNHA, 1989).

Ao contrário do que aconteceu nos países Hispano-Americanos, nos quais a instituição Universitária existia já no século XVI, o Ensino Superior Brasileiro só conheceu iniciativas concretas de criação de universidades, no início do século XX e apenas em 1920 foi criada a Universidade do Rio de Janeiro, a primeira que vingou no Brasil.

Por determinação da Lei 5.540/68, a Lei da Reforma Universitária, as Universidades Públicas foram obrigadas a introduzir nos seus Colegiados Superiores pessoas de fora da Universidade, os chamados “*representantes da comunidade*”. Dentre eles deveriam estar os representantes das “*classes produtoras*”.

Daí compreende-se que o processo de privatização do Ensino Superior no Brasil apresenta duas faces, a saber: a participação Estatal na manutenção do Ensino Privado e a privatização do Ensino Superior Público. Numa orientação marcadamente Taylorista, a política reformadora dos anos 1966/68 determinou a reestruturação das universidades públicas de modo que se evitasse a duplicidade de meios para fins idênticos ou que se equivalessem, justificada por um discurso articulado por categorias próprias da lógica empresarial como eficiência, eficácia, racionalidade, rendimento e



produtividade. País algum poderá candidatar-se ao desenvolvimento sem uma compreensão clara e significado do domínio do saber técnico e científico na definição de seu futuro. O saber, por assim dizer, tornou-se uma importante expressão de poder.

Consubstancia-se, assim, a relação entre o poder público e a Universidade. Nas duas últimas décadas, tem-se se caracterizado por uma política de administração de crises. A solução para os problemas tem sido sempre imediatista, portanto não havendo uma definição explícita de uma política de longo prazo para o sistema de educação superior pública. Por conseguinte, a Universidade brasileira tem vivido à mercê dos períodos de maior ou menor sensibilidade do governo à área social, ou do prestígio individual dos dirigentes educacionais.

É oportuno lembrar que a Universidade está em crise, basicamente, por ter uma estrutura de poder centralizadora, imobilista e conservadora. Existe certo descompromisso em fazer valer determinados interesses fundamentais à sociedade, bem como a incompetência dos profissionais que nela trabalham. Recuperar a credibilidade da instituição universitária é uma tarefa difícil e exige tempo.

Exige que se penetre na instituição e se examine concretamente quais são as saídas face às dificuldades e aos problemas existentes. Exige que se questione de forma conseqüente a sua função na produção e disseminação do conhecimento e sua competência para formar profissionais, procurando-se alternativas, estabelecendo-se prioridades numa política de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão voltada para a realidade nacional e regional.

A questão do poder na Universidade apresenta-se ligada às questões da autonomia e da democratização interna da instituição. Para que a universidade possa usufruir de autonomia, necessário se faz que haja suspensão dos controles burocratizantes sobre a mesma, adotando-se um comportamento independente e ousado para empreender as reformas necessárias, com a mobilização autônoma dos recursos disponíveis, bem como obedecer aos critérios internos de tomada de decisões e submetendo-se a constantes fiscalizações pelos diversos meios de avaliação.

Com efeito, da mesma forma que a Universidade deve se voltar e se preocupar com criação, a produção do conhecimento, a busca do saber,



socialmente bem construído, necessita também pensar em como se disseminar, competentemente, esses conhecimentos.

Tem de assumir concretamente que a socialização do conhecimento, por ela produzido, não é só um dever, mas um fator determinante ao se pretender uma Universidade verdadeiramente democrática.

Referências Bibliográficas

CUNHA, Luís Antônio. *Qual Universidade?*. São Paulo: Cortez, 1989.

FÁVERO, Maria de Lourdes (Org.). *A Universidade em questão*. São Paulo: Cortez, 1989.

P.S.: O texto foi produzido para servir como elemento reflexivo para os acadêmicos do Curso de Pedagogia da UNIFAP, na matéria Filosofia da Educação, ministrada pelo Sociólogo e Psicopedagogo João Nascimento Borges Filho, Docente efetivo desta IFES.



Prof. Borges

